

OFÍCIO N.º 41

Em 03 de outubro de 2024.

Ao Exmo. Senhor Ver. PAULO SANDRO SOARES Presidente da Câmara Municipal de BARRA MANSA – RJ

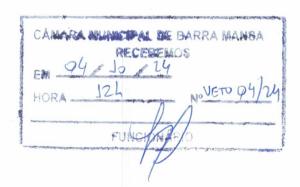
Senhor Presidente,

Reportando-nos ao Oficio nº 127/2024, de 09 de setembro de 2024, de V. Ex.a, vimos informar com base no parecer da Procuradoria Geral do Município, por inconstitucionalidade, veto integralmente a emenda legislativa ao inciso I do art. 19 do projeto de lei, encaminhada ao Poder Legislativo por meio da Mensagem nº 12/2024, do Prefeito RODRIGO DRABLE COSTA que "Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025 e dá outras providências",

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos, atenciosamente.

RODRIGO DRABLE COSTA

Prefeito





RAZÕES DO VETO

- 1. Trata-se de parecer sobre emenda Legislativa em Projeto de Lei de autoria do Chefe do Executivo que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2025, conforme processo administrativo 2577/2024.
- **2.** Pedido de parecer solicitado pela Secretaria de Governo a esta Procuradoria, de acordo com as Leis Municipais nº 4.060/2013 e nº 3.277/2002.
- 3. O presente projeto de lei, retornou da Câmara Municipal com emenda realizada pelo legislativo, alterando o disposto no inciso I do art. 19, com a seguinte redação:
 - "Art. 19- No projeto de Lei Orçamentária constará as seguintes autorizações:
 - I- Para abertura de créditos suplementares no percentual de 30% (trinta por cento) do valor total fixado para a despesa;"
- 4. As regras constitucionais, tanto federal, quanto estadual, estabelecem prerrogativa do Poder Executivo para dar início ao processo legislativo dos orçamentos anuais. Há violação à separação dos poderes quando o Poder Legislativo reduz o percentual de fixação de créditos suplementares, causando o engessamento do Poder Executivo municipal, o que deflui no comprometimento de sua independência, ingerindo indevidamente na esfera de competência exclusiva do Poder Executivo.
- 5. A Constituição dispõe serem poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, exercido pela Câmara Municipal, e o Executivo, exercido pelo Prefeito. Desse modo, tendo em vista a iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo relativamente aos orçamentos anuais, nesse aspecto a promulgação da emenda, inquinada de inconstitucionalidade, representa indevida ingerência do Legislativo no Poder Executivo Municipal, traduzindo vício formal a redundar na sua inconstitucionalidade formal e material, visto que compete privativamente ao Chefe do Poder Executivo com o auxílio dos seus secretários a elaboração das leis orçamentárias.
- **6.** Assim, diante do exposto entendo que a emenda em tela deve ser vetada. Parecer que submeto a apreciação superior.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA MANSA, 03 de outubro de 2024.

RODRIGO DRABLE COSTA